

Concessão da Rodovia terá ação na Justiça

Controladores da ORL, que faz a cobrança de pedágio na Terceira Ponte, vão tentar impugnar edital de licitação logo após a publicação

ROGÉRIA GOMES

Os novos controladores da ORL - Operação de Rodovias Ltda -, que opera a cobrança de pedágio na Terceira Ponte, vão questionar na Justiça o edital de licitação para concessão da exploração de pedágio na Rodovia do Sol, tão logo ele seja publicado. A ORL, que era uma subsidiária da construtora Odebrecht, foi adquirida em novembro pelas empresas Coimex, Cotia e Pitanga Mineiração, as duas primeiras da área de comércio exterior, e a última, uma indústria de pré-moldados.

As três empresas adquiriram a ORL para se habilitar à participação no processo de concessão da Rodovia do Sol, segundo explicou o empresário João Luiz Tovar, designado para presidir a nova ORL, ex-Ceterpo, tem para com a empresa e que deverá ser totalmente paga por quem vencer a concorrência, assim que for assinado o novo contrato de concessão.

Pelo contrato em vigor, a dívida da ponte, que o Governo paga à empresa com a receita do pedágio, é atualizada mensalmente pela Taxa Referencial de Juros (TR). No texto do edital, entretanto, a correção será feita com base em dois índices: a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a TR, segundo antecipou o secretário-executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros, acrescentando que a TR será usada sobre a parcela da dívida correspondente ao investimento próprio da ORL (cerca de 60% do total), e a TJLP será usada sobre a parcela correspondente ao financiamento do BNDES.

Considerando as projeções feitas pelos representantes do Governo e pela ORL, a substituição da TR pela TJLP vai provocar uma redução de 25% no valor da dívida. Pelas projeções da ORL, o débito vai estar em R\$ 17,5 milhões no dia 31 de julho, quando o Governo espera estar firmando o contrato de concessão da Rodovia do Sol, que inclui também a exploração do pedágio na Terceira Ponte. Já pelo critério do Governo do Estado, nesta data o débito vai estar em cerca de R\$ 13 milhões.

O número do Governo do Estado foi alterado nesta última semana. Até então, a dívida estimada para julho era de R\$ 11,4 milhões porque o índice



Joaquim Nunes

PEDÁGIO

A dívida da Terceira Ponte é paga pelo Governo do Estado com a cobrança de pedágio e atualizada mensalmente pela Taxa Referencial de Juros (TR)

ce adotado para corrigir a parcela correspondente aos investimentos próprios da ORL era o IGP-M, que depois foi substituído pela TR.

ROMPIMENTO - João Luiz Tovar salientou que, se alterar o índice de correção da dívida, o Governo do Estado vai estar rompendo unilateralmente um contrato juridicamente perfeito, firmado em agosto de 1989, quando a Terceira Ponte foi entregue à população e o pedágio começou a ser explorado. E é esse rompimento unilateral que os novos controladores da ORL pretendem questionar.

Tovar, que, na época em que foi firmado o contrato para exploração do pedágio na ponte, assinou o do-

cumento como diretor da então Companhia de Exploração da Terceira Ponte (Ceterpo), hoje Codespe, informou que, desde 1989, já foram feitos dois aditivos alterando o índice de correção da dívida.

Ele explicou que o contrato original previa, como índice de correção, o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que vigorou até junho de 1992 quando, por força de um aditivo contratual, foi substituído pela Taxa Referencial Diária de juros (TRD). O segundo aditivo foi firmado em agosto de 1993, quando a TRD foi substituída pela TR, que vigora até então.

MEHOR ÍNDICE - Do lado do Governo, o secretário executivo do

Conselho de Reforma do Estado afirma que a escolha do menor índice para correção da dívida da ponte atende a uma determinação do governador Vitor Buaiz que, considera que a medida beneficia a população. "Se a ORL se sentir prejudicada, então que recorra à Justiça", salientou Medeiros. Ele observou que o BNDES substituiu pela TJLP o índice de correção da dívida da ORL e o que o Governo do Estado quer é que esse mesmo índice seja válido também para a dívida do Governo junto à empresa.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), entretanto, já emitiu parecer segundo o qual o Governo não deve alterar unilateralmente o índice

de correção do contrato da dívida. Segundo Medeiros, entretanto, o governador solicitou à PGE um novo parecer. O procurador geral, Ricardo de Abreu Júdice, informou através de sua Assessoria de Imprensa que o parecer é uma orientação que o órgão emitiu por solicitação do governador, que pode considerá-la ou não. A Assessoria de Imprensa informou, porém, que o procurador não pretende mudar seu parecer sobre o assunto.

Antônio Carlos Medeiros não teme que o questionamento do índice de correção da dívida na Justiça, pretendido pela ORL, provoque atrasos no processo de concessão da Rodovia do Sol.

Deputado tenta instalar CPI

O deputado estadual Max Filho assedia seus colegas na Assembleia Legislativa para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a concessão da Rodovia do Sol. O deputado justifica a medida pela sua suspeita de que possa ter ocorrido "acesso a informação privilegiada" da parte de interessados em participar da licitação. A atenção do deputado está voltada para a compra da ORL, concessionária da Terceira Ponte, já quando era noticiada a intenção do governo de abrir a Rodovia à exploração privada.

O presidente da ORL, João Luiz Tovar, defende a empresa, e afirma que o processo de negociação com a Odebrecht foi transparente. Os três empresários, segundo ele, expuseram ao Governo que estavam comprando a ORL e foram informados de que não havia qualquer impedimento.

CPI - O deputado Max Filho chegou a coletar 12 assinaturas de deputados, de um total de 10 necessárias ao requerimento para instalação de uma CPI, mas quatro parlamentares desistiram de participar, e pediram ao presidente da Casa que desconsiderasse suas assinaturas. Os quatro desistentes, segundo Max Filho, foram Marcelino Fraga, Fernando Rezende, Antônio Filho e Almir Pernambuco. O deputado refez o requerimento para instalação da CPI e, por enquanto, contabiliza sete das 10 assinaturas necessárias.

Max Filho representa o município de Vila Velha, que é o mais preocupado com a cobrança de pedágio na Rodovia do Sol, por avaliar que os moradores da região é que serão os mais prejudicados com a cobrança. O secretário executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros, apressa-se para esclari-

parcela correspondente ao financiamento do BNDES.

Considerando as projeções feitas pelos representantes do Governo e pela ORL, a substituição da TR pela TJLP vai provocar uma redução de 25% no valor da dívida. Pelas projeções da ORL, o débito vai estar em R\$ 17,5 milhões no dia 31 de julho, quando o Governo espera estar firmando o contrato de concessão da Rodovia do Sol, que inclui também a exploração do pedágio na Terceira Ponte. Já pelo critério do Governo do Estado, nesta data o débito vai estar em cerca de R\$ 13 milhões.

O número do Governo do Estado foi alterado nesta última semana. Até então, a dívida estimada para julho era de R\$ 11,4 milhões porque o índi-

ce adotado para corrigir a parcela correspondente aos investimentos próprios da ORL era o IGP-M, que depois foi substituído pela TR.

ROMPIMENTO – João Luiz Tovar salientou que, se alterar o índice de correção da dívida, o Governo do Estado vai estar rompendo unilateralmente um contrato juridicamente perfeito, firmado em agosto de 1989, quando a Terceira Ponte foi entregue à população e o pedágio começou a ser explorado. E é esse rompimento unilateral que os novos controladores da ORL pretendem questionar.

Tovar, que, na época em que foi firmado o contrato para exploração do pedágio na ponte, assinou o do-

cumento de Reforma do Estado afirma que a escolha do menor índice para correção da dívida da ponte atende a uma determinação do governador Vitor Buaiz que, considera que a medida beneficia a população. “Se a ORL se sentir prejudicada, então que recorra à Justiça”, salientou Medeiros. Ele observou que o BNDES substituiu pela TJLP o índice de correção da dívida da ORL e o que o Governo do Estado quer é que esse mesmo índice seja válido também para a dívida do Governo junto à empresa.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), entretanto, já emitiu parecer segundo o qual o Governo não deve alterar unilateralmente o índice

MENOR ÍNDICE – Do lado do Governo, o secretário executivo do

gundo ele, as três empresas acabaram comprando integralmente a ORL, cada qual com participações idênticas.

PREJUÍZO – O novo presidente da ORL informou que, para comprar a empresa, a Coimex, Cotia e a Pitanga desembolsaram “cerca de R\$ 14 milhões”. Se o Governo mantiver a TJLP como índice de correção da dívida da Terceira Ponte e admitindo que a empresa vencedora da licitação não seja a ORL, a empresa vai receber R\$ 13 milhões como amortização da dívida, o que pressupõe que seus controladores ficarão com um

de correção do contrato da dívida. Segundo Medeiros, entretanto, o governador solicitou à PGE um novo parecer. O procurador geral, Ricardo de Abreu Júdice, informou através de sua Assessoria de Imprensa que o parecer é uma orientação que o órgão emitiu por solicitação do governador, que pode considerá-la ou não. A Assessoria de Imprensa informou, porém, que o procurador não pretende mudar seu parecer sobre o assunto.

Antônio Carlos Medeiros não teme que o questionamento do índice de correção da dívida na Justiça, pretendido pela ORL, provoque atrasos no processo de concessão da Rodovia do Sol.

sinaturas. Os quatro desistentes, segundo Max Filho, foram Marcelino Fraga, Fernando Rezende, Antário Filho e Almir Pernambuco. O deputado refez o requerimento para instalação da CPI e, por enquanto, contabiliza sete das 10 assinaturas necessárias.

Max Filho representa o município de Vila Velha, que é o mais preocupado com a cobrança de pedágio na Rodovia do Sol, por avaliar que os moradores da região é que serão os mais prejudicados com a cobrança. O secretário executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros, apressa-se para esclarecer, entretanto, que os opositores da exploração do pedágio na Rodovia do Sol só avaliam o ônus, mas não os benefícios do processo.

Como benefícios ele cita que o vencedor da concorrência terá o compromisso de realizar, entre eles, a canalização da Vala Bigossi, obra que, segundo Medeiros, o poder público certamente teria dificuldades para fazer, dada a escassez de recursos. Também previstas no edital de licitação, como compromisso do vencedor, a duplicação das pistas até Meaípe, construção do contorno de Guarapari e modernização da Terceira Ponte, entre outras.

ORL alega não ter concorrente no setor

A ORL, que apesar da discussão em torno do valor do débito da Terceira Ponte, pretende participar da licitação da Rodovia do Sol – e essa, aliás, foi a principal razão que levou a Cotia, Coimex e a Pitanga Mineração a adquiri-la –, já entra na concessão com algumas vantagens em relação a seus prováveis concorrentes, segundo admite o presidente da empresa, João Luiz Tovar.

Ele ressaltou que não existe no país nenhuma empresa privada especializada na cobrança de pedágio que tenha o **know how** da ORL, que acumula quase oito anos de expe-

riência na atividade. Além disso, a empresa também leva vantagem sob o aspecto financeiro já que, se ganhasse a concorrência, não teria de desembolsar o montante equivalente ao valor para amortização da dívida do Governo com a construção da Ponte, uma vez que o credor dessa dívida é ela própria.

Tovar explicou que os três novos controladores da ORL vinham negociando uma composição com a Odebrecht, visando a habilitar-se na participação da concessão da Rodovia do Sol e de outras que viessem a surgir. As negociações evoluíram e, se-

gundo ele, as três empresas acabaram comprando integralmente a ORL, cada qual com participações idênticas.

PREJUÍZO – O novo presidente da ORL informou que, para comprar a empresa, a Coimex, Cotia e a Pitanga desembolsaram “cerca de R\$ 14 milhões”. Se o Governo mantiver a TJLP como índice de correção da dívida da Terceira Ponte e admitindo que a empresa vencedora da licitação não seja a ORL, a empresa vai receber R\$ 13 milhões como amortização da dívida, o que pressupõe que seus controladores ficarão com um

prejuízo de R\$ 1 milhão. Com a correção da dívida pela TR, os controladores teriam um lucro de cerca de R\$ 3,5 milhões, já que o reembolso seria de R\$ 17,5 milhões.

Números da operação de compra da ORL à parte, a Rodovia do Sol não é o único projeto na mira do grupo, que também está de olho na abertura de concessões para exploração de pedágio na Rodovia do Contorno, na BR-101 Sul, e pretende participar do processo de licitação para a exploração de pedágio em 5 mil quilômetros de rodovias no Estado de São Paulo.

Comissão vai analisar as propostas

Diante de uma série de críticas sobre a licitação da Rodovia do Sol, o Governo do Estado decidiu constituir uma comissão de licitação, com a participação de vários segmentos da sociedade, que vai avaliar as propostas apresentadas pelas empresas concorrentes.

O assessor técnico do Conselho de Reforma do Estado, Rui Ribeiro Borges, informou que a comissão de licitação terá a participação de representantes da Secretaria de Estado de Obras, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), Centro Tecnológico da Universidade

Federal do Espírito Santo (Ufes), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan).

Segundo ele, esta comissão está em fase de constituição e seus membros vão receber, para análise, uma minuta do edital de licitação, que deve estar concluída até a próxima semana. Segundo Borges, os participantes da comissão de licitação vão avaliar o edital e poderão sugerir alterações. O assessor técnico do Conselho de Reforma prefere não falar em prazos, mas acha

difícil que o edital seja publicado nesta semana.

Após a publicação do edital, as empresas interessadas em participar da licitação terão prazo de 60 dias para entregar suas propostas, e a comissão de licitação terá cerca de 45 dias para avaliá-las. O critério para escolha do vencedor será o do menor preço, mas antes os candidatos precisam comprovar suas habilidades técnicas para exercer a operação do pedágio e executar os investimentos programados para a Terceira Ponte e para a Rodovia do Sol, que totalizam cerca de R\$ 86,2 milhões.

COMO SERÁ A ADMINISTRAÇÃO

■ A concessão vai envolver um trecho de 68,4 km de extensão, que vai da Terceira Ponte a Meaípe.

■ O prazo de concessão será de 25 anos e, além de duplicação das pistas, construção de trevos e outras obras, o explorador da concessão terá de oferecer, ao longo da rodovia, serviços como telefone público, socorro mecânico, atendimento médico a acidentados, etc.

■ O valor do pedágio será de no máximo R\$ 2,50 na Rodovia, e no máximo R\$ 1,10 na Terceira Ponte. Vence a concorrência quem apresentar o menor valor para ambos os trechos e quem estiver habilitado tecnicamente.

■ Atualmente, a concessão para exploração do pedágio na Terceira Ponte é da Codespe – Companhia de Projetos Especiais, mas a operação da cobrança cabe à ORL.

■ A Construtora Odebrecht, ex-controladora da ORL, bancou a conclusão da Terceira Ponte, e ficou com a responsabilidade por explorar o pedágio até que a dívida do Governo do Estado com a empresa fosse quitada.

■ Com o novo contrato de concessão, o vencedor da licitação terá de quitar a dívida do Governo do Estado com a ORL.

DÍVIDA DA TERCEIRA PONTE

Segundo o critério da ORL:

Valor em fevereiro/97	R\$ 19,5 milhões
Valor projetado para julho/97	R\$ 17,5 milhões

Segundo o critério do Governo do Estado:

Valor em fevereiro/97	R\$ 17,3 milhões
Valor projetado para julho/97	R\$ 13 milhões

Obs: O critério da ORL considera a correção total pela TR, conforme prevê o contrato de concessão em vigor, e o critério do Governo prevê correção de uma parte da dívida pela TR e outra parte, que envolve o financiamento do BNDES, pela TJLP.